

## Características do Emprego Formal

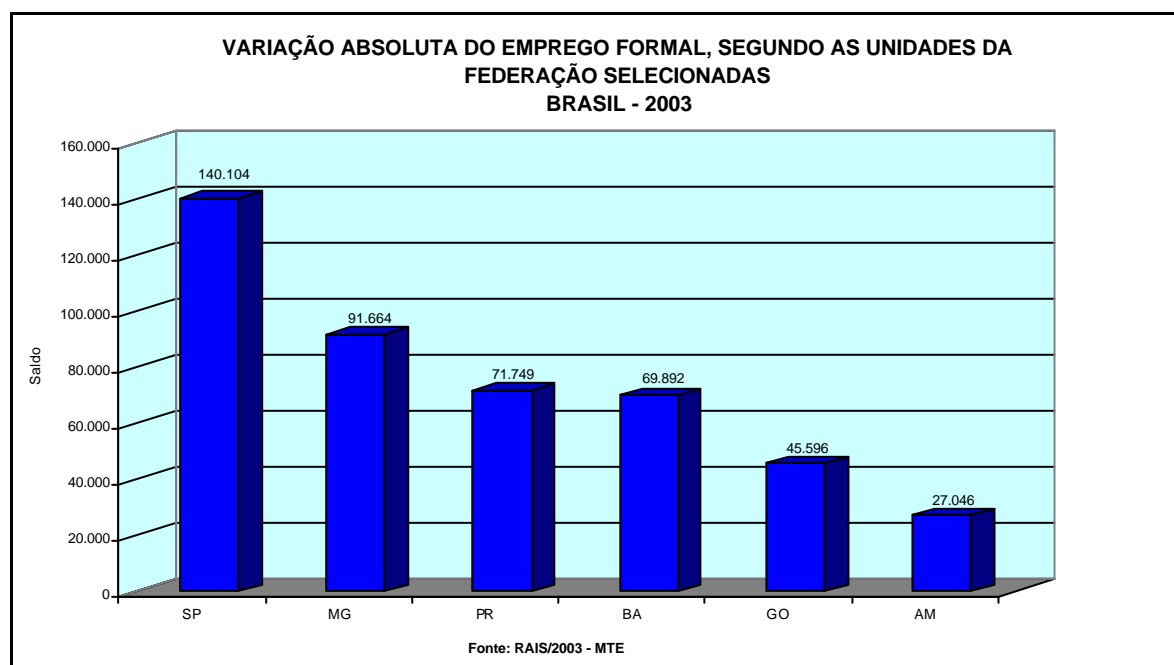
### Principais Resultados – RAIS 2003

Em termos gerais, os dados da RAIS 2003 - versão definitiva - mostram que em 2003, verificou-se aumento quase generalizado do emprego formal e leve recuperação do poder de compra dos trabalhadores, quando comparado com a posição de 31 de dezembro de 2002.

#### I. Emprego

O número de empregos formais (CLT e Estatutários) informados pelos empregadores a RAIS, em 2003, atingiu 29,5 milhões, indicando crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior, o que representa aumento de 861 mil postos de trabalho.

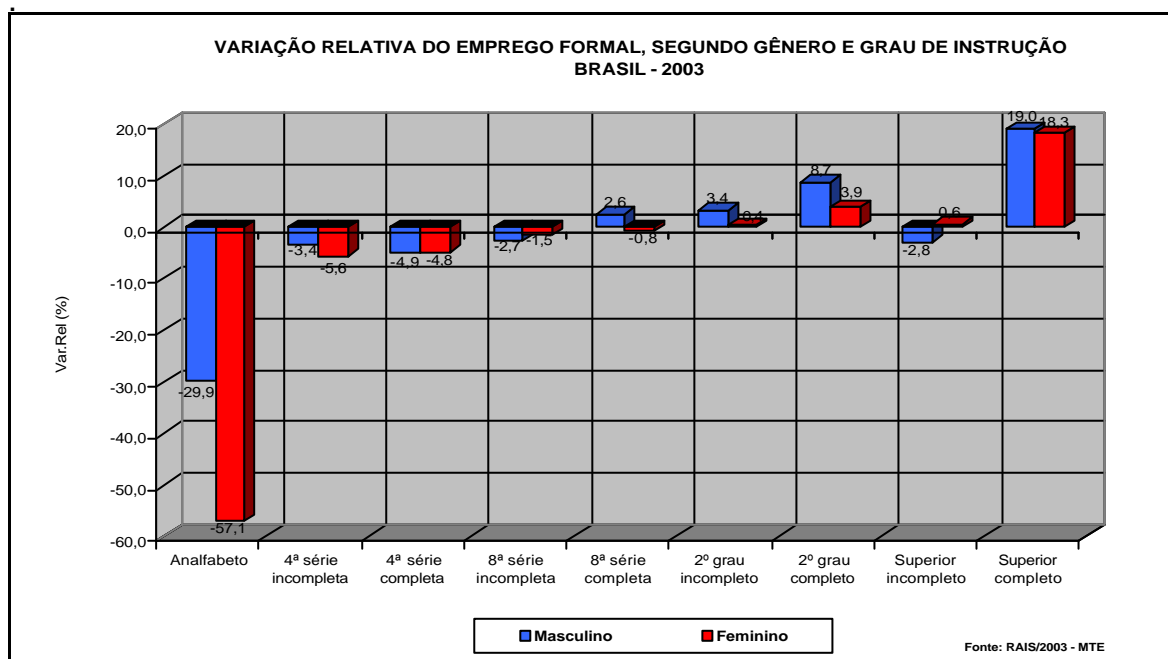
- Em termos geográficos, os estados que mais se destacaram em termos de geração/formalização de empregos foram: São Paulo (+140,1 mil postos) e Minas Gerais (+91,7 mil postos) no Sudeste e o Paraná no Sul, com o incremento de 71,7 mil empregos. Em seqüência vem o estado da Bahia, no Nordeste, responsável por 69,9 mil empregos. No Norte, o melhor desempenho ocorreu no Amazonas, ao responder pela inserção de cerca 27 mil assalariados com carteira assinada e no Centro-Oeste, no estado de Goiás (+45,6 mil postos).



- Os setores mais dinâmicos foram o Comércio (+292,9 mil empregos), a Administração Pública (+204,7 mil vagas), os Serviços (+196 mil postos), e a Indústria de Transformação (+146,4 mil postos). Em termos de crescimento

relativo, a expansão de 3,0% esconde uma grande variedade de comportamento, com percentual de aumento de 6,1% na Agropecuária e queda de 5,3% na Construção Civil.

- A leitura dos dados segundo gênero e grau de instrução evidencia que nos níveis até 8ª série incompleta, observou-se declínio na demanda de trabalho, particularmente expressivo na categoria de trabalhadores analfabetos tanto para as mulheres (-57%) quanto para os homens (-30%). A partir da 8ª série incompleta, os dados assinalam elevação no nível de emprego para quase todos os níveis de instrução. A única exceção sucedeu no nível superior incompleto, que acusou um ligeiro declínio (-1,04%) em função da queda de 2,8% no número de trabalhadores do gênero masculino, uma vez que as mulheres acusaram ligeiro crescimento (0,6%). Os assalariados com superior completo e os do 2º grau completo foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (18,6% e 6,3% respectivamente) e as maiores expansões em termos absolutos (+681,9 mil e 516,3 mil postos de trabalho). No caso do 2º grau, percebe-se maior elevação do número de homens, porém no nível superior completo, a liderança coube às mulheres com 375,7 mil contra 306,2 mil postos de trabalho do gênero masculino.



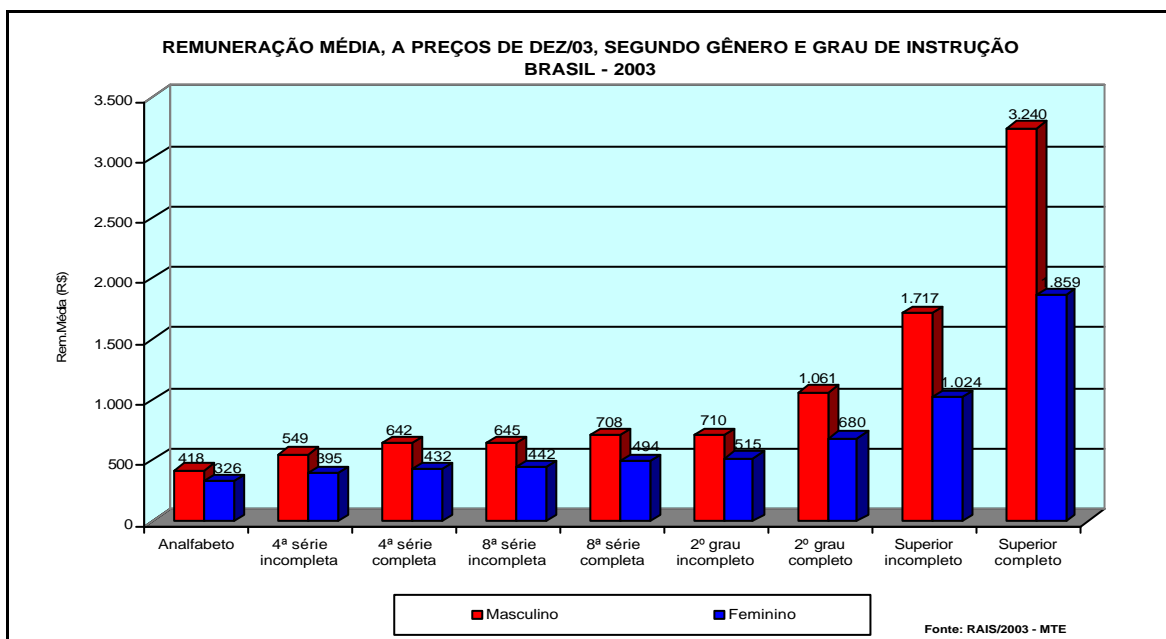
- A taxa de crescimento do emprego formal feminino foi de 3,4%, percentual superior ao obtido pelos trabalhadores do gênero masculino 2,8%.
- Quando se toma como parâmetro o corte por faixa etária, verifica-se declínio no emprego dos jovens entre 16 e 17 anos (-2,00%), e elevação nas demais faixas.
- No tocante ao tamanho do estabelecimento, os dados mostram crescimentos em todas as faixas. A liderança, em termos relativos, coube àqueles que tinham entre 10 e 19 vínculos empregatícios ativos (+4,1% ou + 108,2 mil postos). Entretanto, os estabelecimentos, com mais de 1000 empregos, apresentaram melhor desempenho em números absolutos (+228,5 mil vagas ou +3,2%). O menor

dinamismo do emprego ocorreu nos estabelecimentos, que tinham entre 250 e 499 vínculos empregatícios formais (+1,1%).

## II. Remuneração

Em 2003, os dados obtidos a partir da declaração da RAIS mostram que houve um leve aumento no poder de compra dos trabalhadores formais (0,9%). Embora esse percentual seja modesto, quando comparado com a queda ocorrida em 2002 (-7,1%) indica razoável melhora no poder aquisitivo desse contingente de assalariados. Note-se, porém, que a taxa de crescimento médio de 0,9% dos rendimentos resulta de comportamento heterogêneo, com 10 estados apresentando declínio, dos quais cinco da Região Norte. A maior perda do poder de compra ocorreu em Roraima (-9,6%), seguida de Rondônia (-8,1%) e do Acre (-7,3%). Por outro lado, os destaques positivos ficaram por conta dos estados de Mato Grosso (+6,8%) e da Paraíba (6,0%).

Quando se toma como referência um corte por gênero, verifica-se que o rendimento médio da mulher, em 2003, equivalia a 80,3% do percebido pelo homem enquanto que em 2002, representava 82,3%. Essa redução pode ser justificada em razão da queda real de 0,6% nos rendimentos das trabalhadoras contra um ganho real de 1,8% para os homens. Segundo o nível de escolaridade, os rendimentos das mulheres são sempre inferiores ao masculino. Mesmo nos níveis superior incompleto e completo, que ocorreu maior contratação das mulheres, a remuneração média feminina corresponde a 60% e 57,4% respectivamente, dos salários percebidos pelos homens.



- Os trabalhadores com menor nível de escolaridade foram os que registraram menor poder de compra (R\$ 326,27) enquanto os assalariados com curso superior apresentaram o maior salário (R\$ 2.468,21).

- Os dados desagregados por subsetor evidenciam grande variabilidade no rendimento médio dos trabalhadores, com variações oscilando entre +15,69% ( instituições de Crédito) e -4,3%( Administração Pública Direta e Autárquica).
- Uma remuneração média da ordem de R\$ 985,30 esconde também um diferencial marcante entre os rendimentos médios setoriais, com as Instituições Financeiras remunerando os trabalhadores com o salário médio de R\$ 2.803,08, contra R\$ 475,50 no setor Agrícola.
- Quanto aos estabelecimentos, os dados mostram que os maiores ganhos reais sucederam nos estabelecimentos que possuíam até 49 vínculos empregatícios ativos, particularmente nos intervalos de 20 a 49 assalariados (+4,15%). Em contraposição, naqueles com mais de 1000 empregos, verificou-se o maior declínio do poder de compra (-1,67%). Comportamento inverso se observa quando a referência é a remuneração média percebida, ou seja, quanto maior o estabelecimento maior a remuneração paga ao trabalhador. Nos estabelecimentos com até quatro empregados, o salário médio pago era de R\$ 472,98 frente a R\$ 1.363,66.

[Tabelas de 1 a 10](#)